

“O relatório contra o aborto é uma fraude”, critica deputada

A inclusão da “inviolabilidade do direito à vida desde a concepção” no relatório do texto da PEC 181/2015, que originalmente discutia a ampliação da licença-maternidade para mães de bebês prematuros, é classificada como “fraude” regimental pela deputada Jô Moraes (PCdoB-BA).

[*\(Carta Capital, 28/09/2017 - acesse aqui\)*](#)

Uma das únicas dos parlamentares não ligados à bancada religiosa e uma das três mulheres da Comissão Especial que analisa a PEC, a deputada Jô Moraes (PCdoB-BA) afirma que a proposta atual não guarda nenhuma semelhança com o texto original, além de violar cláusulas pétreas da Constituição.

O imbróglio começou quando a chamada bancada evangélica pressionou o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), a criar uma comissão especial para apreciar a PEC 181/2015. A proposta original (PEC 99/2015) elaborada pelo senador Áécio Neves (PEC 99/2015) previa a [ampliação da licença maternidade](#) para mães de bebês prematuros.

O texto aprovado pelos senadores, porém, foi modificado em sua passagem pela Câmara por meio do parecer do deputado evangélico Tadeu Mudalen (DEM-SP). O relatório do político, ligado à Igreja Internacional da Graça, alterou dois artigos da Constituição Federal ao garantir “a inviolabilidade do direito à vida desde a concepção”.

“A tentativa é um desrespeito à legislação vigente sobre os direitos da mulher”, critica Jô Moraes. Confira a entrevista:

CartaCapital: *Como a senhora analisa o parecer do deputado Tadeu Mudalen?*

Jô Moraes: Considero que o relator fraudava uma proposta justa e legítima com o objetivo de garantir uma verdadeira política de ataque aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres. A [conquista da interrupção da gravidez](#) em casos de risco de vida da mãe e em casos de estupro é do século

passado. A tentativa é um desrespeito à legislação vigente sobre os direitos das mulheres.

Leia mais:

[O poder dos evangélicos na política](#)

[Câmara vota PEC que pode vetar aborto em qualquer caso](#)

[“Mulher suporta ônus integral da gravidez”, diz Barroso sobre aborto](#)

A forma como o deputado tenta incluir o parecer reflete uma falta de coragem para defender abertamente um ataque a direitos para viabilizar suas intenções. O projeto do senador Aécio Neves de ampliar a licença maternidade para as mães de bebês prematuros é muito importante e uma reivindicação antiga do movimento de mulheres. O fato do deputado incorporar uma ruptura de uma legislação vigente por meio de uma fraude não merece o respeito de quem quer [um parlamento transparente](#).

CC: *O ministro Luís Roberto Barroso afirmou que a proibição do aborto nos três primeiros meses da gestação viola os direitos sexuais e reprodutivos da mulher. O Legislativo reagiu formando a Comissão Especial da Câmara dos Deputados para avaliação da PEC 181/2015. Como a senhora enxerga esse jogo político entre o Judiciário e o Legislativo?*

JM: Esse jogo não começou entre o Judiciário e o Legislativo, começou entre os parlamentares que têm uma [visão fundamentalista](#) e as mulheres. As movimentações dessas iniciativas de projetos que alteram a Constituição datam de cinco ou seis anos. Sobretudo aquelas conquistas de décadas, como a própria defesa da vida da mulher através do direito de interrupção da gravidez em casos excepcionais.

Esse jogo já data de mais tempo. A brecha do ministro Barroso foi apenas uma oportunidade para que esses parlamentares façam uma pregação dirigida aos seus eleitores, como já vêm fazendo em outros momentos no país

CC: *Quando captada por pesquisas de opinião, a percepção é que a sociedade brasileira é contrária ao aborto: 79% são contra a legalização. Por outro lado, estima-se que, só em 2015, 503 mil mulheres optaram por interromper a gravidez. Como a senhora analisa este cenário?*

JM: Nenhuma mulher defende o aborto como um instrumento de intervenção

ou controle de sua gestação. O aborto é uma ato de invasão no corpo da mulher e dificilmente se dá tranquilamente.

O que nós defendemos é a existência de uma realidade objetiva na vida das mulheres que, por diferentes razões, optam pela interrupção da gravidez. Razões que envolvem violência, preservação da saúde ou pressão social.

Essas circunstâncias ocorrem e cabe ao Estado brasileiro atender e oferecer serviços para garantir a vida dessas mulheres. A escolha religiosa e filosófica de cada um deve ser respeitada. Não podemos impor as nossas escolhas, como esses deputados fazem, a outras pessoas.

Precisamos de uma política de [atenção integral à saúde da mulher](#) contemplando-a em todas as fases da vida, da adolescência até o período da maturidade. Por isso o Estado brasileiro deve atender as necessidades, e não impor escolhas individuais, conforme a democracia preconiza.

CC: *Há clima para discutir pautas feministas ou que sejam favoráveis aos direitos das mulheres em um Congresso tão conservador?*

JM: Essa legislatura é a mais conservadora em relação aos direitos civis e de cidadania. Por exemplo, está tramitando na Câmara o PL 7371/2014, que cria o Fundo Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, possibilitando o aporte de recursos de diferente fontes para ajudar a implementação das políticas de apoio à mulher vítima de violência.

No entanto, o PL está parado porque um deputado [[Diego Garcia \(PHS-PR\)](#)] quer fazer uma emenda ao texto proibindo a utilização dos recursos em casos de aborto garantidos pelo Código Penal [a legislação assegura a interrupção da gestação em casos excepcionais].

Essas derrotas só são contidas e menores porque nós buscamos fazer manobras regimentais para que esses projetos não tramitem.

A maior e mais simbólica derrota nessa legislatura foi a [satanização da palavra “gênero”](#). Aqui, o termo não pode ser utilizado em nenhum texto de projetos.

CC: *Diante de pautas conservadoras, como a alteração feita pelo relator no caso da PEC, quais são as estratégias possíveis de atuação?*

JM: Em primeiro lugar, a primeira derrota que nós tivemos foi a composição dirigida da Comissão. A maioria dos partidos indicaram articuladamente uma presença majoritária de deputados e deputadas com uma [agenda conservadora e fundamentalista](#).

Nós já usamos alguns procedimentos regimentais e atrasamos a tramitação. Inclusive, eu e a deputada Pollyana Gama (PPS-SP) apresentamos voto em separado para garantir a aprovação do projeto original. Mas não temos ilusões de ganhar nesta condição.

CC: *Faz diferença ter três mulheres na Comissão? As outras duas deputadas são permeáveis ao diálogo?*

JM: Nós consideramos que não basta ser mulher para defender direitos das mulheres. Existem algumas mulheres que defendem a bancada conservadora e fundamentalista. E homens da Comissão que defendem os direitos das mulheres. O problema central é como criar um ambiente de diversidade de pensamentos dentro da Comissão. Isso tem sido muito difícil.

Eu vejo que as atitudes mais ofensivas para fazer esta fraude legal são de homens. As mulheres, mesmo concordando com o relatório do Mudalen, não assumem uma posição mais incisiva e presente.

Quando nós falamos em fraude é porque o relatório do deputado altera uma [cláusula pétrea](#), o quesó poderia ser feito com uma representação constituinte. Então, regimentalmente, o relatório contra o aborto é uma fraude legal.

E também há a fraude política, ou seja, votar um tema e uma emenda diferentes. O tema é a ampliação da licença maternidade e o Mudalen incorpora a interrupção da gravidez. É o jabuti contra as mulheres.

Por Marcelle Souza

‘Há uma dificuldade da mulher de se preparar para a política’, declara deputada Jô Moraes

Em entrevista à rádio Super Notícia FM, a deputada federal Jô Moraes defendeu o direito do ex-presidente Lula de disputar a eleição presidencial de 2018, disse que está cedo para falar em nome do PCdoB para candidatura própria e listou as dificuldades que as mulheres enfrentam na representação política

[\(O Tempo, 19/07/2017 - acesse no site de origem\)](#)

O que a senhora pensa da baixa participação da mulher na política? O que pode ser feito para mudar essa realidade?

Temos dois problemas: primeiro, o número reduzido de mulheres que têm, sobretudo, mandato, porque houve uma redução do número de deputadas estaduais e vereadoras aqui, em Minas, e apenas o número de deputadas federais ampliou nesta última legislatura. Segundo, tem a histórica chamada “dupla e tripla jornada”; muitas vezes as mulheres que atuam na política têm acumulado uma sobrecarga da atividade familiar, que é a responsabilidade de cuidar de todas as coisas da casa. E eu acredito que também a vida cotidiana objetiva das mulheres é mais difícil.

A senhora diria que há uma baixa procura, um baixo interesse das mulheres de se candidatar a cargos eletivos; ou elas realmente enfrentam dificuldades de conseguir o apoio do partido?

Eu diria que existem dois problemas que a mulher enfrenta nesse processo. O primeiro é a vida cotidiana. As mulheres têm uma dificuldade muito grande de se preparar para falar em público, para se colocar, para fazer aquelas disputas que o mundo da política impõe, do grito. Há uma dificuldade da

mulher de se preparar para a atividade política. E há também uma dificuldade na vida dela, que tem que assumir enormes responsabilidades, para participar. Há dificuldade na própria vida dos partidos, reunião que vai até a madrugada, as mulheres jovens que participam do processo político não têm onde deixar seus filhos. Os maridos muitas vezes reclamam porque chegam tarde de uma atividade partidária. O cotidiano tão duro e cerceador faz com que a mulher não se empodere, que ela não se ache capaz.

Nos últimos dias ficou clara uma proximidade do PCdoB com Rodrigo Maia. Como a senhora avalia isso?

Nós temos uma definição clara, o PCdoB se reuniu nesse último fim de semana e tem como foco barrar as reformas regressivas que tiram os direitos dos trabalhadores. Já se foi a reforma trabalhista, e nós estamos focados em impedir que a reforma previdenciária, que é uma tragédia humana, é uma crueldade, possa ser aprovada. Por isso, o centro do nosso combate é reforma, e qualquer candidato que tiver compromisso com essa agenda de reforma não será apoiado pelo PCdoB. O partido tem um foco que é barrar as reformas e defender as diretas já. E essa discussão é o como disse o ex-ministro Aldo Rebelo (PCdoB): “A conversa no boteco é muito grande, mas não existe nenhuma construção”. Isso porque, na análise do PCdoB, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia quer suceder o Temer para continuar na agenda das reformas, e nós somos radicalmente contrários a tirar direitos.

Caso o ex-presidente Lula não esteja elegível no pleito de 2018, como o PCdoB vai lidar com essa situação?

O PCdoB considera que nós estamos vivendo uma ameaça ao Estado democrático de direito; algumas medidas são absolutamente controvertidas diante da legislação constitucionais que nós temos e que nós temos que defender o Estado de direito, assegurar que o funcionamento democrático se mantenha e garantir as eleições de 2018 deve ser o centro que unifica todo mundo. Nós temos que barrar essa perseguição indiscriminada que está se dando. Nós defendemos o direito do presidente Lula de disputar as eleições. Agora, nós consideramos que ainda é cedo para definir a posição do PCdoB, o partido está discutindo, inclusive, candidatura própria. Como consideramos que ainda é cedo para definir nomes, então nós vamos apresentar primeiro

para a sociedade um debate sobre um programa de governo para 2018. Agora, nós somos absolutamente defensoras do direito do Lula de disputar, porque o que está se fazendo é absolutamente uma perseguição tendenciosa. Todos nós sabemos que o ex-presidente cometeu erros políticos, sim, mas ele está sendo perseguido, não pelos erros, mas pelos acertos de incluir 30 milhões de pessoas na economia brasileira.

Completando a pergunta anterior, na opinião da senhora, quem seria o nome que uniria as esquerdas brasileiras, ou, pelo menos, essa esquerda menos radical? Seria o nome do ex-ministro Ciro Gomes?

Nós estamos numa situação de tamanha delicadeza, de tamanha imprevisibilidade, como disse o comandante do Exército, (Eduardo) Villas Bôas, uma situação que o país está à deriva, que seria absolutamente precipitado discutir nomes. O país está em ameaça, estamos vivendo um momento de deflação, são 14 milhões de desempregados, várias empresas fechando, a indústria brasileira em uma retração profunda. Esse é um momento em que nós temos que discutir o Brasil, temos que ver como retomar a atividade econômica. É preciso fazer, como em crises anteriores, criar frentes de trabalho para responder a esses problemas do desemprego. Hoje se colocam legislações regressivas. Por isso que acho precipitado. O Ciro Gomes é um nome importante, é um homem que tem liderança no país, que debate o projeto nacional de desenvolvimento, mas ainda é muito cedo.

A senhora é a favor da cláusula de barreira?

Nós estamos discutindo agora no Congresso a reforma política. Hoje o PCdoB, para funcionar, teria que ter na legislação, por exigência, 2% dos votos nacionais e 2% em 14 Estados. O que nós estamos discutindo é que se inicie um processo gradativo, e o PCdoB já participa do acordo defendendo que os partidos tenham 1,5% dos votos no país para ter um funcionamento.

Nós temos ouvido de muitas pessoas que o prazo para fazer eleições diretas está ficando cada vez mais curto, que talvez seria até traumático para o Brasil ter uma eleição direta agora e em pouco mais de um ano, uma outra eleição para presidente da República. Como que a senhora se posiciona diante disso?

O PCdoB defende eleições diretas desde quando a presidente Dilma Rousseff ainda estava sofrendo processo de impeachment. Naquele momento, nós dizíamos para fazer uma antecipação e realizar as eleições. O PCdoB considera que eleições diretas, voto do povo, são o único instrumento que dá legitimidade a alguém que vai governar o país. O que nós queremos dizer é que não é a metodologia que deve nos orientar, é sobretudo este aval que o povo brasileiro tem que ter.

A defesa do presidente Temer está preparando uma estratégia, pois para o dia 2 de agosto está prevista a votação sobre a admissibilidade da denúncia na Câmara dos Deputados. A oposição também está preparando uma estratégia?

A nossa maior preocupação é que parece que o povo brasileiro esqueceu o que ocorre no país. Foram liderados em junho R\$ 1,8 bilhão em emendas parlamentares para os deputados; para os membros da CCJ foram liberados mais de R\$ 255 milhões só nos últimos dias. Parece que há uma perplexidade da população que foi para as ruas combatendo, querendo o impeachment da Dilma porque houve corrupção, e agora os fatos se sucedem abertamente, claramente, e a população não reage.

O PCdoB analisa a possibilidade de ter candidatura própria ao governo de Minas diante das dificuldades que o governador Fernando Pimentel enfrenta?

O PCdoB considera que essa eleição será um desafio, e o desafio principal será a necessidade de colocar a cara dos partidos. O PCdoB é uma legenda que tem um projeto para o país, que tem uma ação junto ao povo muito grande e vai fazer uma construção, sobretudo, que lhe dá mais visibilidade, integrando a chapa majoritária. Em que espaço e como, nós ainda vamos discutir quando chegar mais próximo. Nós integramos o governo de Pimentel e estamos tentando construir um novo projeto para Minas Gerais.

Brasil já contabiliza 10 casos de estupro coletivo este ano

(Estado de Minas, 20/6/2016) Aumento de denúncias de estupro coletivo coloca o Brasil diante de uma triste realidade. Comissão no Congresso acompanha as investigações e vai propor mudanças na legislação

O estupro coletivo de uma garota de 16 anos no Rio de Janeiro chocou o Brasil e o mundo. Mas o fato não é isolado. Tem ocorrido com frequência em diversas partes do país e quase sempre com características semelhantes: jovens embriagadas ou dopadas são violentadas por pessoas conhecidas. Levantamento feito pelo Estado de Minas aponta que só este ano foram denunciados pelo menos 10 casos de estupro coletivo, seis deles revelados após a divulgação da violência ocorrida no Rio de Janeiro. Ano passado, foram ao menos 20 casos.

Somente no Piauí, entre maio e junho, no intervalo de 30 dias, foram três ocorrências de estupro coletivo. E eles ocorreram cerca de um ano depois de um caso de extrema crueldade, quando quatro jovens, em maio do ano passado, na cidade de Castelo do Piauí, foram estupradas, espancadas e jogadas de um penhasco. Uma delas não resistiu aos ferimentos e morreu. Em 2012, outro caso de extrema violência coletiva contra mulheres, na Paraíba, também chocou o Brasil e originou a CPI da violência contra a mulher, a terceira já realizada pelo Congresso. Sete mulheres foram estupradas coletivamente em Queimadas, interior da Paraíba, por 10 homens durante uma festa de casamento. Duas delas foram assassinadas.

De lá para cá, os registros só aumentam. Mas essas histórias reveladas são pequenas ainda perto da violência de que são vítimas mulheres em todo o Brasil, já que o estupro é uma das formas de violência mais subnotificadas no mundo inteiro. De acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, os casos registrados correspondem a apenas 35% do total de estupros. Ano passado, foram notificados 47,6 mil casos no Brasil, o que corresponde a uma ocorrência a cada 11 minutos. E a maioria das vítimas é crianças e adolescentes. Estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea),

divulgado em março do ano passado, revela que 88,5% das vítimas desse tipo de violência eram do sexo feminino, mais da metade tinha menos de 13 anos e 70% das vítimas eram crianças e adolescentes.

Para Jeanete Mazzeiro, secretária Executiva do Fórum de Mulheres do Mercosul e integrante do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), o estupro sempre aconteceu e sempre foi escondido, já que a vítima e até a família muitas vezes se sentem envergonhadas e com medo de denunciar. Segundo ela, além disso, ainda é complicado fazer a denúncia, nem sempre tem delegacias especializadas e não existe um protocolo padrão de atendimento às vítimas. “Tudo isso dificulta mais ainda que essa odiosa violência contra a mulher seja denunciada”, afirma Jeanete, que cobra legislação mais eficiente para punir esse tipo de crime.

PROTOCOLO

Com a repercussão do caso do Rio de Janeiro, o Congresso Nacional resolveu se mexer. Foi criada uma comissão externa para apurar os casos mais recentes, entre eles o de Bom Despacho, interior de Minas, onde uma estudante foi estuprada em um congresso, e também as denúncias do Piauí. A comissão está acompanhando as investigações e pretende, ao final, propor mudanças na legislação. Segundo o deputado federal Edson Moreira (PSB-MG), a intenção é criar um protocolo padrão, que já existe no Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul e que está sendo implantado no Piauí, e garantir que seja colocado em prática. Segundo Moreira, será considerado agravante o uso de álcool ou outras substâncias para dopar a vítima e a prática desse tipo de violência por mais de uma pessoa.

De acordo com a deputada Jô Moraes (PCdoB), muito do que vem sendo discutido já tinha sido proposto pela CPMI da Violência contra a Mulher, mas não saiu do papel. Segundo ela, a intenção é alterar a legislação para endurecer as penas para os estupradores. Mas, segundo Jô, é preciso ir além e passar a tratar da prevenção e da educação para evitar que essa cultura de violência e exploração sexual da mulher seja banida.

Acesse no site de origem: [Brasil já contabiliza 10 casos de estupro coletivo esse ano \(Estado de Minas, 20/6/2016\)](#)

Temer não precisa começar ‘inventando a roda’, por Jô Moraes

(Vermelho, 28/05/2016) Não precisa inventar a roda Dr. Michel. Desde 2007 existe um Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, onde foram propostas medidas, saídas de conferências que envolveram milhares de brasileiras e que estão em construção desde então.

Já fizemos até uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, da qual eu fui presidente e a Senadora Ana Rita relatora, em 2013, para analisar como os órgãos da segurança pública, do judiciário e do ministério público estavam respondendo às políticas existentes.

Já há um diagnóstico sobre as insuficiências dessas políticas, que a CPMI apresentou em 1.000 páginas. Lá o senhor e seu Ministro da Justiça vão encontrar um relatório que contempla todos os Estados do Brasil.

Para lhe ajudar na sua interinidade, quero lembrar que não é a Polícia Federal que trata desse assunto, até porque a maioria dos órgãos responsáveis são das estruturas estaduais: delegacias, varas especializadas da justiça e coordenadorias do Ministério Público Estadual.

Se o senhor não tivesse acabado com o Ministério que tratava das questões da mulher o senhor encontraria uma Secretaria de Coordenação de Enfrentamento à Violência contra Mulher com programas em andamento. Entre eles o Programa Compromisso e Atitude que envolve a sociedade civil através de muitas empresas.

Há também uma Rede de Enfrentamento que articula diferentes instâncias governamentais. Até o Judiciário já tem uma articulação nacional para tratar do tema.

Aproveito para sugerir que o senhor leia a Lei Maria da Penha (Lei 11.340) e se debruce sobre os conflitos existentes entre ela e a competência criminal da violência sexual.

Dr. Temer não precisa começar “inventando a roda”, as brasileiras já fizeram isso. Só que ainda falta muito para a sociedade impedir o número tão grande de estupros e feminicídios.

Um poder ilegítimo só poder ter seus limites legais. Mas o estado democrático de direito é uma conquista do povo brasileiro que o senhor não vai acabar.

Jô Moraes é Deputada Federal pelo PCdoB (MG)

Acesse no site de origem: [Temer não precisa começar ‘inventando a roda’ por Jô Moraes \(Vermelho, 28/05/2016\)](#)

Jô Moraes defende comissão de assuntos de gênero

(O Vermelho, 03/03/2016) O Fórum Nacional de Instância de Mulheres de Partidos, promovido pelo Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, reuniu nesta quarta-feira (2), no Senado, deputadas e senadoras, lideranças partidárias e de movimentos feministas, para discussão do tema central no mês da mulher “2016, ano do empoderamento da mulher no esporte e na política.”

Convidada a compor a mesa, a deputada Jô Moraes (PCdoB-MG) apresentou várias propostas para avançar no tratamento da questão de gênero. “A primeira é irmos ao Ministério da Educação (MEC) para reivindicarmos e reafirmamos a criação da comissão de assuntos de gênero”.

O MEC instituiu, em setembro último, o Comitê de Gênero. O grupo tem

como objetivo propor diretrizes e dar subsídios para políticas educacionais comprometidas com a promoção dos direitos relacionados às questões de gênero, e o enfrentamento das diversas formas de preconceito, discriminação e violência.

A criação do comitê ocorreu após o debate do tema ganhar importância dentro da aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE) e dos planos municipais e estaduais de Educação.

No PNE e em boa parte dos documentos regionais, representantes do legislativo retiraram o trecho que aponta que as escolas devem promover a igualdade de gênero, raça e orientação sexual. Houve pressão de diversos setores, sobretudo ligado às igrejas evangélicas.

Outras propostas

A parlamentar do PCdoB destacou também que “é preciso que a nossa bancada feminina tenha uma pauta concentrada na aprovação do fundo nacional de enfrentamento à violência contra a mulher”.

Ela explicou que o projeto encontra-se parado em função de uma emenda apresentada por um deputado evangélico que exige que os recursos ali implementados não possam ser usados para interrupções de gravidez, conforme o Código Penal Brasileiro autoriza.

“Isto não tem nada a ver: recursos para impedir ou ajudar os equipamentos que apoiam as mulheres vítimas de violência é uma coisa. A questão da interrupção da gravidez e direitos sexuais e reprodutivos é outra e está em outra legislação”, esclareceu.

Jô sugeriu ainda que os partidos se reúnam para debater e recuperar o conceito de gênero “como a história nos indicou e não como a deformação que está aí. A Secretaria da Mulher não pode discutir as políticas na perspectiva de gênero e nós perdemos, na totalidade dos municípios, a incorporação do conceito de gênero nos planos municipais de educação”, concluiu.

De Brasília, com informações da Ass. Dep. Jô Moraes

Acesse no site de origem: [Jô Moraes defende comissão de assuntos de gênero \(O Vermelho, 03/03/2016\)](#)

Deputada da bancada feminina admite ir ao STF contra lei aprovada na Câmara

(EM, 03/11/2015) A deputada federal Jô Moraes (PCdoB), integrante da bancada feminina, disse estar preocupada com a possibilidade de aprovação do PL 5.069 e, diante disso, já estuda a possibilidade de ingressar com uma ação direta de inconstitucionalidade, caso o texto vire lei. Segundo ela, houve uma estratégia dos “fundamentalistas” de agilizar a aprovação desses projetos e o presidente da Casa tem conseguido maioria em alguns temas. No dia 12, Jô fará uma audiência pública na Câmara sobre os acordos internacionais de direitos das mulheres assinados pelo Brasil desde a Conferência Mundial sobre a Mulher de Pequim, em 1995. “Um desses acordos é o direito da mulher vítima de violência sexual”, adianta a parlamentar. Jô alerta os movimentos a incluírem no Fora Cunha pedidos para que os deputados federais de seus estados votem contra o PL 5.069, que entrará em pauta assim que o presidente da Câmara determinar. “Contamos com líderes contrários ao PL, como os do PCdoB, Psol, Rede e o PV, mas essas manifestações são decisivas e devem se dirigir aos parlamentares. Só tocando cada um vamos conseguir impedir esse retrocesso”, afirmou.

Leia mais:

[Restringir aborto em caso de estupro é retrocesso, editorial do Jornal O Globo \(O Globo, 04/11/2015\)](#)

[As mulheres brasileiras dizem basta \(El País, 04/11/2015\)](#)

[‘Impedir vítimas de estupro de tomar a pílula do dia seguinte é dar impunidade ao agressor’ \(Rede Brasil Atual, 31/10/2015\)](#)

Leia mais: [PL cria obstáculos desnecessários às mulheres vítimas de estupro, por Euro Bento Maciel Filho \(ConJur, 01/11/2015\)](#)

Acesse a íntegra no Portal Compromisso e Atitude: [Deputada da bancada feminista admite ir ao STF contra lei aprovada na Câmara \(EM, 03/11/2015\)](#)

Bancada feminina elege representantes na próxima semana

(Agência Câmara, 03/03/2015) A coordenadora da bancada feminina, deputada Jô Moraes (PCdoB-MG), deu início nesta terça-feira (3) aos trabalhos para a escolha das novas procuradora e coordenadora-geral da Secretaria da Mulher.

Leia também: [Renan discute “pauta de gênero” com bancada feminina no Congresso \(Senado Notícias, 03/03/2015\)](#)

Na eleição, marcada para a próxima semana (11), a distribuição de cargos obedecerá à quantidade de mulheres integrantes de cada bloco parlamentar, e não ao quantitativo geral de parlamentares de cada bancada, como nas eleições anteriores.

De acordo com a nova dinâmica, o bloco majoritário (formado pelo PMDB com 19 deputadas) ficará com 4 vagas das 8 vagas da Secretaria da Mulher. Os dois outros blocos formados pelo PT e PSDB, que reúnem 31 deputadas, terão direito a 2 vagas cada um. O PDT e o PTC são os únicos partidos fora da disputa, por não terem direito a nenhuma das 8 vagas, de acordo com a proporcionalidade partidária.

Regras de votação

Para serem eleitas em primeiro turno, as candidatas aos cargos de procuradora e coordenadora-geral precisam obter a maioria absoluta de votos da bancada feminina, composta por 51 deputadas. Se isso não ocorrer, a disputa vai para o segundo turno e será eleita a candidata com o maior número de votos.

As deputadas podem lançar candidaturas avulsas, no entanto esse direito foi limitado pela nova dinâmica de votação, segundo a deputada Jô Moraes. “Antes havia a possibilidade de candidaturas avulsas em todos os oito cargos, tanto de procuradoria e coordenadorias, quanto das adjuntas respectivas, neste momento nós recebemos uma decisão da Presidência onde as candidaturas avulsas só podem ser aquelas que integram o partido ou bloco que tem direito a vaga”, afirmou.

Para a atual coordenadora da bancada feminina, as novas regras “mudam radicalmente” o processo eleitoral da Secretaria da Mulher. “Isso muda radicalmente porque em outras eleições, particularmente a primeira que se deu sob a presidência de Henrique Eduardo Alves, a própria bancada estabeleceu sua dinâmica e sua norma e construiu um consenso dentro das diferenças, só não teve candidaturas avulsas para coordenadoria da mulher, mas teve candidaturas avulsas para todos os demais sete cargos”, argumentou.

Combate à violência

Jô Moraes voltou a defender aprovação na Câmara projeto (PL 7371/14) que cria o Fundo Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher. O texto, proposto pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) da Violência Contra a Mulher, já foi aprovado pelo Senado. “Isso (o Fundo) nos daria uma facilidade, assegura, não através da criação de impostos, mas através de mecanismos arrecadadores, de loterias, de projetos que envolvem o futebol, que parte desses recursos possa vir para o Fundo Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher”, disse.

De acordo com o projeto de lei, o fundo receberá dinheiro do orçamento, doações, convênios e rendimentos para investir em políticas de combate à violência contra a mulher, como assistência às vítimas; medidas pedagógicas

e campanhas de prevenção; pesquisas na área; participação de representantes oficiais em eventos relacionados à temática da violência contra a mulher; reforma de instalações, compra de equipamentos e outros gastos relacionados à gestão (exceto pagamento de pessoal).

Comissão permanente

Na próxima terça-feira (10), deverá ser instalada a Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher. A Secretaria da Mesa do Congresso aguarda a indicação dos 27 deputados e 10 senadores. A instalação ficou marcada para as 15 horas, no Salão Nobre do Senado Federal.

A comissão terá uma série de competências, como apresentar propostas para a consolidação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

O colegiado também deverá buscar as possíveis falhas nas ações e serviços da Seguridade Social e na prestação de segurança pública e jurídica às mulheres vítimas de violência, além de propor projetos que possam corrigir essas lacunas.

Acesse no site de origem: [Bancada feminina na Câmara elege representantes na próxima semana \(Agência Câmara, 03/03/2015\)](#)

Quatro mulheres são eleitas presidentes de comissões permanentes na Câmara

(Agência Câmara, 04/03/2015) Relações Exteriores será presidida pela deputada Jô Moraes

A deputada Jô Moraes (PCdoB-MG) acaba de ser eleita presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Jô Moraes tem 68 anos e está no terceiro mandato, filiada ao partido desde 1972, quando ele ainda estava na clandestinidade, já foi líder do PCdoB na Câmara dos Deputados, e presidiu a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que analisou a violência contra a mulher no Brasil.

Ao assumir o cargo, ela disse que vai definir com os parlamentares a pauta do colegiado. Jô destacou a experiência dos membros da comissão e disse que levará em conta “a diversidade das opiniões”.

A deputada Clarissa Garotinho (PR-RJ) é a nova presidente da Comissão de Viação e Transportes para esta sessão legislativa, que termina em fevereiro de 2016. Clarissa Garotinho é filha do ex-governador do Rio de Janeiro Anthony Garotinho e foi a segunda deputada mais votada em seu estado.

Quando era vereadora na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, a parlamentar foi presidente da Comissão de Assuntos Municipais, colegiado que discutiu a mobilidade urbana na cidade.

A deputada Júlia Marinho (PSC-PA) foi eleita, há pouco como nova presidente da Comissão da Integração Nacional e Desenvolvimento Regional e da Amazônia. A parlamentar, que está seu no primeiro mandato e é professora, disse que sabe que há muitas demandas na comissão como questões indígenas e hídricas. Por isso, a nova presidente disse que vai analisar e priorizar todas as demandas, mas já adiantou que pretende fazer um trabalho voltado para os interesses da região Amazônica.

A Comissão de Finanças e Tributação acaba de eleger seu novo presidente: a deputada Soraya Santos (PMDB-RJ). Ela é bacharel em Direito e está em seu primeiro mandato.

Ela recebeu 33 votos dos 34 totais. Houve um voto em branco.

A nova presidente assumiu o compromisso de realizar encontros permanentes com ministros e órgãos de controle, como a Receita Federal.

Acesse no site de origem: [Quatro mulheres são eleitas presidentes de](#)

Congresso vai instalar comissão para acompanhar casos de violência contra a mulher

(CBN Foz do Iguaçu, 01/03/2015) O Congresso Nacional, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, instala na terça-feira (3) a Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher. O colegiado também deverá buscar as possíveis falhas nas ações e serviços da Seguridade Social e na prestação de segurança pública e jurídica às mulheres vítimas de violência, além de propor projetos que possam corrigir essas lacunas.

Acesse a íntegra no Portal Compromisso e Atitude: [Congresso vai instalar comissão para acompanhar casos de violência contra a mulher \(CBN Foz do Iguaçu, 01/03/2015\)](#)

Bancada Feminina quer retomar PEC que exige ao menos uma parlamentar nas mesas diretoras

da Câmara e do Senado

(Câmara Notícias, 06/02/2015) A bancada feminina quer retomar a proposta de emenda à Constituição que determina a presença de pelo menos uma parlamentar nas mesas diretoras da Câmara e do Senado.

A previsão é que a PEC seja apreciada em Plenário no início do mês de março.

A repórter Lara Haje tem mais detalhes sobre as negociações em torno da matéria:

Lara Haje: O presidente da Câmara, deputado Eduardo Cunha, comprometeu-se a colocar em votação a Proposta de Emenda à Constituição (PEC 590/06) da deputada Luiza Erudina, do PSB paulista, que obriga a Mesa Diretora da Câmara e do Senado a ter ao menos uma mulher em sua composição.

Eduardo Cunha: Nosso comprometimento de colocar em votação a PEC da deputada Luiza Erudina. Faremos isso na Semana da Mulher. Nós queremos homenagear a semana da mulher e esta será a pauta principal.

Lara Haje: A semana da mulher é comemorada em março. A Proposta de Emenda à Constituição apresentada por Erudina é uma das prioridades da bancada feminina para 2015. Segundo a coordenadora da bancada, deputada Jô Moraes, do PCdoB de Minas Gerais, é preciso institucionalizar na legislação a conquista real, obtida no último domingo (1º), quando, pela primeira vez, duas deputadas foram eleitas simultaneamente para cargos na Mesa Diretora da Câmara. A deputada Mara Gabrilli, do PSDB paulista, foi eleita para a Terceira Secretaria, e Luiza Erudina foi eleita para a Terceira suplência. Jô Moraes enumera outros desafios prioritários da bancada feminina para 2015.

Jô Moraes: Ampliar as presidências de comissões permanentes com mulheres, aumentar o número de relatorias de medidas provisórias e projetos importantes a serem feitas por mulheres e queremos mais e mais espaços e mais e mais serviços públicos.

Lara Haje: Conforme dados consolidados pela bancada feminina, nas últimas três legislaturas, apenas 8,7% das presidências de comissões permanentes foram ocupadas por mulheres; e apenas 2,5% das relatorias de medidas provisórias foram feitas por mulheres. Além disso, nenhuma mulher foi presidente da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão Mista de Orçamento, consideradas as mais importantes da Casa. As prioridades da bancada feminina incluem ainda a realização da reforma política, sob uma perspectiva da questão de gênero. Nomeada pela deputada Jô Moraes como coordenadora do assunto dentro da bancada feminina, a deputada Luiza Erundina ressaltou que as mulheres ainda são sub-representadas no Poder Legislativo e em outros espaços de poder na sociedade. A bancada feminina na Câmara cresceu de 45 para 51 deputadas na última eleição, mas ainda representa menos de 10% do total de deputados. Erundina criticou a proposta de reforma política (PEC 352/13) cuja admissibilidade foi aprovada nesta terça-feira pelo Plenário.

Luiza Erundina: É uma proposta muito ruim, significa perdas reais, e não oferece perspectiva na luta de expansão do espaço de poder das mulheres. Sequer toca na questão da mulher e seu espaço no sistema político nacional.

A deputada defende a proposta de iniciativa popular de reforma política, conhecida como Eleições Limpas (Projeto de Lei 6316/13), formulada pela OAB e pela CNBB, e encampada por ela. Da Rádio Câmara, de Brasília, Lara Haje.

Acesse no site de origem: [Bancada Feminina quer retomar PEC que exige ao menos uma parlamentar nas mesas diretoras da Câmara e do Senado \(Câmara Notícias, 06/02/2015\)](#)